



Qualis A1 - Direito CAPES

Apresentação

Junho 2019

Dando continuidade ao ano comemorativo dos 10 anos de Direito e Praxis apresentamos o mais novo número da revista (vol. 10, n. 2, 2019, 26ª edição, jun-ago). Nesse segundo número de 2019, contamos com a nossa tradicional seção de artigos inéditos, resenhas, traduções e mais um novo dossiê. Na seção geral da revista, apresentamos artigos inéditos que circunscrevem diferentes áreas do pensamento crítico do direito, iniciando com a teoria e história do direito, passando sobre temas como judicialização e interseccionalidade, bem como movimentos sociais.

O dossiê, organizado pelo professor Assis da Costa Oliveira, da Universidade Federal do Pará, apresenta uma reflexão sobre os “Desafios e perspectivas para a garantia de direitos de crianças e adolescentes e jovens no marco do aniversários dos 30 anos da Convenção de Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas”. Em tempos de controvérsia política sobre o valor dos direitos humanos, torna-se fundamental avaliar e reforçar a centralidade dos mesmos – com suas potencialidades e limites – para a construção de sociedades mais justas, humanas e menos desiguais. No caso específico, trata-se de refletir sobre os desafios de implementação de direitos para um dos grupos mais vulneráveis de nossas sociedades. Nesse sentido, convidamos todas e todos a lerem a apresentação do Editor convidado abaixo e acessar os artigos do dossiê.

Na seção de traduções, apresentamos um conjunto de textos altamente relevantes e até então inéditos em língua portuguesa. O primeiro é o texto “O estado e a luta cotidiana” de John Holloway, trabalho fundamental para construção de



perspectivas materialistas do Estado em conjunto com a teoria dos movimentos sociais. Além disso, apresentamos uma tradução do texto “Weimar... e então? Formação e atualidade da Constituição de Weimar” de Otto Kirchheimer, proeminente jurista e cientista social no âmbito do pensamento frankfurtiano. A tradução é acompanhada de uma nota explicativa e introdução da tradutora, Bianca Tavolari. Por fim, apresentamos uma tradução de uma palestra proferida por Ingo Elbe, filósofo e jurista alemão sobre a teoria pachukaniana do Direito.

Na seção de resenhas, contamos com textos sobre os livros “A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal” de Christian Laval e Pierre Dardot e também do livro organizado por José Ricardo Cunha “Epistemologias Críticas do Direito”. Relembramos que as políticas editoriais para as diferentes seções da Revista podem ser acessadas em nossa página e que as submissões são permanentes e sempre bem-vindas! Agradecemos, como sempre, às autoras e aos autores, avaliadoras e avaliadores e colaboradoras e colaboradores pela confiança depositada em nossa publicação. Boa Leitura! Equipe **Direito e Práxis**



Apresentação: reafirmar os direitos de crianças, adolescentes e jovens em tempos de avanço do conservadorismo punitivista, discriminatório e tutelar

Assis da Costa Oliveira

Universidade Federal do Pará, Altamira, PA, Brasil.

Em 2019 a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) da Organização das Nações Unidas (ONU) completa 30 anos de promulgação. Aprovada em 1989, este tratado internacional de direitos humanos das crianças e dos adolescentes foi fundamental para a difusão do paradigma jurídico da Doutrina da Proteção Integral (DPI) nos países, e é, até hoje, o documento internacional com a maior quantidade de ratificação de Estados nacionais.

Por este motivo especial, a Revista Direito & Práxis publica o dossiê “Perspectivas e desafios para garantia de direitos de crianças, adolescentes e jovens em alusão ao aniversário de 30 anos da Convenção dos Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas”, reunindo 12 artigos de autoras e autores da Argentina, Brasil, Canadá, Espanha e México, para fomentar a reflexão pública sobre os caminhos da garantia (ou não) dos direitos de crianças, adolescentes e jovens à luz da CDC, de outros documentos normativos, além do embasamento em dados empíricos e teóricos em perspectiva interdisciplinar.

No Brasil, a CDC teve importância seminal para avançar nas discussões e formas de implantação dos direitos das crianças e dos adolescentes, sobretudo pela influência que as discussões de seu grupo de trabalho geraram nos debates nacionais para a constitucionalização da DPI em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, pela ótica da proteção integral e prioridade absoluta da garantia de direitos, a posterior implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº. 8.069/1990), o fortalecimento das lutas sociais pela efetiva melhoria das condições de vida de crianças e adolescentes e o aprimoramento das políticas públicas. Com a Emenda Constitucional



nº. 65/2010, que incluiu as e os jovens no artigo 227 da Constituição Federal de 1988, estes também passaram a ser reconhecidos no campo de proteção jurídica da DPI.

Porém, a comemoração dos 30 anos da CDC é momento propício para realizarmos uma ampla reflexão sobre a situação histórica, atual e futura da garantia dos direitos às crianças, adolescentes e jovens, sobretudo num momento em que tantas ameaças se colocam a estes direitos e aos seus sujeitos no âmbito dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Estado brasileiro.

Na égide ideológica do discurso de ódio e do conversadorismo militar-religioso, vividas na atualidade em nosso país, intensificam-se as desigualdades e as violências contra determinados grupos sociais em que crianças, adolescentes e jovens são partícipes, inclusive com o uso da legalidade para reforçar processos de criminalização, exclusão e extermínio.

Sem dúvida, com a chegada à presidência da República de Jair Bolsonaro (PSL) e o aumento do conversadorismo no Congresso Nacional e no Poder Judiciário, com reflexos idênticos nas esferas municipais e estaduais, vivemos hoje o momento mais ameaçador do desmantelamento da DPI no Brasil, em que adolescentes e jovens negros, indígenas, sem-terra, mulheres, LGBTI, entre outros, são tratados como “inimigos do Estado”, por meio de um aparato institucional e midiático que objetiva, como últimos atos, a eliminação, o encarceramento e/ou a “descidadanização” dos sujeitos, além da própria reforma dos documentos jurídicos, especialmente o Estatuto da Criança e do Adolescente, centralmente no debate legislativo sobre a redução da maioridade penal e a Escola Sem Partido. Por certo, estes cenários e objetivos são apenas a ponta do iceberg de outras interferências do conversadorismo punitivista, discriminatório e tutelar nas vidas, nos direitos e nas políticas de crianças, adolescentes e jovens.

No cenário internacional, também é preciso refletir como estas discussões estão sendo debatidas e garantidas em países que adotaram a DPI, visando um intercâmbio de ideias, enfoques teóricos e perspectivas político-normativas que possibilitem a ampliação e a atualização do campo jurídico-político de reflexão e efetivação destes direitos humanos. Particularmente nos países com autores e autoras com artigos neste dossiê, isto é, Argentina, Canadá, Espanha e México, o avanço das garantias jurídicas é problematizado em conjunto com as dificuldades de enfrentamento das desigualdades e das discriminações, assim como reconhecimento da legitimidade do



ativismo político de sujeitos, organizados ou não, para denunciar as mazelas modernas/coloniais não somente continuam a imperar, mas que tem uma seletividade de afetação diferenciada às categorias geracionais tratadas neste dossiê.

De maneira geral, os artigos reunidos neste dossiê discutem os direitos de crianças, adolescentes e jovens não apenas numa perspectiva formalista ou de “mudança paradigmática”, mas como um conjunto de sujeitos, instituições, valores, recursos econômicos, políticas públicas e normas em processo e contexto de disputas variadas. Por isso, há uma consciência intelectual de que tais instrumentos são utilizados para diferentes interesses políticos, ideológicos e morais, em muitos casos também fazendo uso das legalidades para ir contra as leis, ou utilizá-las para fins de reprodução de perspectivas discriminatórias e subalternizantes dos sujeitos diretamente implicados: crianças, adolescentes e jovens, em conjunto com os grupos sociais de pertencimento, a exemplo de povos indígenas, população negra e grupos LGBTI.

Em termos esquemáticos, o dossiê contém uma primeira parte – com os artigos de Antônia Picornell-Lucas, Pablo Ariel Vommaro, Elisa Guaraná de Castro e Severine Carmem Macedo – que se direciona à uma análise geral do processo histórico de garantia de direitos às crianças, aos adolescentes e aos jovens em escalas mundiais, latino-americana e nacional, também com a verificação das formulações normativas, do ativismo político-organizacional e das lógicas operativas das políticas públicas.

No segundo bloco de artigos – escritos por Allyson Stevenson, Assis da Costa Oliveria, Jahel López Guerrero, Andreza do Socorro Pantoja de Oliveira Smith e Felipe da Silva Freitas – enfatiza-se a repercussão dos direitos, das violências e das desigualdades às diversidades das expressões identitárias do “ser criança, adolescente e jovem”, especialmente aos marcadores de etnicidade, raça, gênero e sexualidade.

No último grupo de artigos – de autorias de Luanna Tomaz de Souza, Fernando da Silva Albuquerque, Josilene Barbosa Aboim, Josiane Rose Petry Veronese, Wanda Helena Mendes Muniz Falcão, Ilana Lemos de Paiva, Tabita Aija Silva Moreira, Amanda de Medeiros Lima, Ana Christina Brito Lopes e Marcio Soares Berclaz – a abordagem é discutir o modo como estão sendo implementados (ou não) determinados instrumentos normativos, institucionais e orçamentários de intervenção sobre as realidades de crianças e adolescentes, especificamente as medidas socioeducativas, a ajuda humanitária, o acolhimento institucional, e as políticas ligadas à cultura e esporte.



Em suma, esperamos, com este dossiê, aproveitar o ano especial de celebração dos 30 anos da CDC para discutir os cenários históricos e contemporâneos de por em prática a linguagem dos direitos para denunciar violações e anunciar possíveis caminhos para enfrentamento do adultocentrismo nas relações sociais e institucionais que participam as crianças, as/os adolescentes e as/os jovens, sempre com uma análise que valoriza a interseccionalidade identitária e das opressões a estes sujeitos.

Na esperança de que ventos mais democráticos e plurais possam nos assegurar o cumprimento da integralidade dos direitos à todas as crianças, adolescentes e jovens, assegurando o reconhecimento de suas diversidades sociais, autonomias e conhecimentos, em conjunto com a mudança do viés punitivista, discriminatório e tutelar, que ainda impera nas instituições que administram tais direitos, por outro estruturado com a participação ativa e propositiva dos próprios sujeitos diretamente interessados e tendo por subsídios normativo a própria CDC.

Assim, terminamos esta apresentação num tom certamente esperançoso, pois sabemos bem que as/os crianças, adolescentes e jovens são também sujeitos da história contemporânea e estão a agir, de diferentes maneiras, para resistir aos desmandos governamentais e ao avanço do capitalismo neoliberal. É das revoltas, insurgências e mobilizações destes sujeitos – em conjunto com outros movimentos sociais – que podemos aprender lições para o avanço da democracia, da cidadania e do Estado de Direito, e, por certo, contraposição ao conversadorismo punitivista, discriminatório e tutelar que ainda impera na sociedade e nos direitos de crianças, adolescentes e jovens.



Expediente desta edição

Editores:

Dr. José Ricardo Cunha, UERJ, Brasil

Dra. Carolina Alves Vestena, Universität Kassel, Alemanha

Comissão Executiva

Bruna Mariz Bataglia Ferreira, PUC-Rio, Brasil

Nicole Magalhães, UERJ, Brasil

Karoline Martins, UERJ, Brasil

Conselho Editorial

Dra. Ágnes Heller, New School for Social Research, EUA

Dr. Andreas Fischer-Lescano, Universität Bremen, Alemanha

Dr. Alexandre Garrido da Silva, Universidade de Uberlândia, Brasil

Dr. Alfredo Culleton, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Dr. Andrés Botero Bernal, Universidad Industrial de Santander, Colômbia

Dra. Bethania Assy, UERJ, Brasil

Dra. Cecília MacDowell Santos, Universidade de São Francisco, USA; Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal

Dr. Costas Douzinas, Birckbeck University of London, Reino Unido

Dra. Deisy Ventura, Universidade de São Paulo, Brasil

Dr. Girolamo Domenico Treccani, Universidade Federal do Pará, Brasil

Dr. Guilherme Leite Gonçalves, UERJ, Brasil

Dr. Jean-François Y. Deluchey, Universidade Federal do Pará, Brasil

Dr. João Maurício Adeodato, UFPE e Faculdade de Direito de Vitória, Brasil

Dr. James Ingram, MacMaster University, Canadá

Dr. Luigi Pastore, Università degli Studi "Aldo Moro" di Bari, Itália

Dr. Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira, UFMG, Brasil

Dr. Paulo Abrão, PUC-Rs e UCB, Brasília, Brasil

Dra. Rosa Maria Zaia Borges, PUC-RS, Brasil

Dra. Sara Dellantonio, Università degli Studi di Trento, Itália



Dra. **Sonia Arribas**, ICREA - Univesidade Pompeu Fabra de Barcelona, Espanha

Dra. **Sonja Buckel**, Kassel Universität, Alemanha

Dra. **Véronique Champeil-Desplats**, Université de Paris Ouest-Nanterre, França

Avaliadores

Adamo Dias Alves, UFJF, Brasil; **Dr. Alejandro Manzo**, Universidade de Córdoba, Argentina; **Alexandra Bechtum**, Universidade de Kassel, Alemanha; **Dr. Alexandre Mendes**, UERJ, Brasil; **Dr. Alexandre Veronese**, UNB, Brasil; **Alice Resadori**, UFRGS, Brasil; **Dr. Alvaro Pereira**, USP, Brasil; **Dra. Ana Lia Vanderlei Almeida**, UFPB, GPLutas - Grupo de Pesquisa Marxismo, Direito e Lutas Sociais; **Antonio Dias Oliveira Neto**, Universidade de Coimbra, Portugal; **Assis da Costa Oliveira**, UFPA Brasil; **Bianca Tavolari**, USP, Brasil; **Bruno Cava**, UERJ, Brasil; **Bruno Alberto Paracampo Mileo**, Universidade Federal do Oeste do Pará, Brasil; **Dra. Carolina Medeiros Bahia**, UFSC, Brasil; **Dr. Cesar Baldi**, UnB, Brasil; **Dr. Cesar Cerbena**, UFPR, Brasil; **Dra. Clarissa Franzoi Dri**, UFSC, Brasil; **Dra. Claudia Roesler**, UNB, Brasil; **Dr. Conrado Hubner Mendes**, USP, São Paulo, Brasil; **Dr. Daniel Achutti**, UniLasalle, Brasil; **Dr. David Francisco Lopes Gomes**, UFMG, Brasil; **Dra. Danielle Rached**, Instituto de Relações Internacionais – USP, Brasil; **Diana Pereira Melo**, UNB, Brasil; **Diego Alberto dos Santos**, UFRGS, Brasil; **Dr. Diego Augusto Diehl**, UNB, Brasil; **Dr. Diego Werneck Arguelhes**, FGV DIREITO RIO, Brasil; **Dr. Diogo Coutinho**, USP, Brasil; **Dr. Eduardo Pitrez Correa**, FURG, Brasil; **Dr. Eduardo Socha**, USP, Brasil; **Eduardo Raphael Venturi**, UFPR, Brasil; **Eloísa Dias Gonçalves**, Panthéon-Sorbonne, França; **Emília Merlini Giuliani**, PUCRS, Brasil; **Dr. Ezequiel Abásolo**, Universidad Católica Argentina, Argentina; **Dr. Emiliano Maldonado**, UFSC, Brasil; **Dra. Fabiana Luci de Oliveira**, UFSCAR, Brasil; **Dra. Fabiana Severi**, USP, Brasil; **Fábio Balestro Floriano**, UFRGS, Brasil; **Fabíola Fanti**, USP, Brasil; **Dra. Fernanda Vasconcellos**, UFPEL, Brasil; **Dra. Fernanda Pradal**, PUC-Rio, Brasil; **Dr. Fernando Fontainha**, IESP/UERJ, Brasil; **Fernando Maldonado**, Universidade de Coimbra, Portugal; **Dr. Fernando Martins**, UniLavras, Brasil; **Felipo Pereira Bona**, UFPE, Brasil; **Fernando Perazzoli**, Universidade de Coimbra, Portugal; **Flávia Carlet**, Universidade de Coimbra, Portugal; **Dr. Gabriel Gualano de Godoy**, UERJ, Brasil; **Dra. Giovanna Milano**, UNIFESP, Brasil; **Dr. Giovane Schiavon**, PUC-PR, Brasil; **Dr. Giscard Farias Agra**, UFPE, Brasil; **Dra. Gisele Mascarelli Salgado**, Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo - FDSBC,



Brasil, **Dr. Gladstone Leonel da Silva Júnior**, UNB, Brasil; **Dr. Gustavo César Machado Cabral**, UFC, Brasil, **Dr. Gustavo Sampaio de Abreu Ribeiro**, Harvard Law School, USA; **Dr. Gustavo Seferian Scheffer Machado**, Universidade Federal de Lavras, Brasil; **Gustavo Capela**, UNB, Brasil; **Dr. Hector Cury Soares**, UNIPAMPA, Brasil; **Henrique Botelho Frota**, Centro Universitário Christus, Brasil; **Hugo Belarmino de Moraes**, UFPB, Brasil; **Dr. Hugo Pena**, UnB, Brasil; **Dr. Iagê Zendron Miola**, UNIFESP, Brasil; **Ivan Baraldi**, Universidade de Coimbra, **Iran Guerrero Andrade**, Flacso/México, México; **Jailton Macena**, UFPB, Brasil; **Dra. Jane Felipe Beltrão**, UFPA, Brasil, **Joanna Noronha**, Universidade de Harvard, USA; **Dr. João Andrade Neto**, Hamburg Universität, Alemanha; **Dr. João Paulo Allain Teixeira**, UFPE, Brasil; **Dr. João Paulo Bachur**, USP, Brasil; **João Telésforo de Medeiros Filho**, UNB, Brasil; **Dr. Jorge Foa Torres**, Universidad Nacional Villa María, Argentina; **Dr. José de Magalhães Campos Ambrósio**, UFU, Brasil; **Dr. José Carlos Moreira da Silva Filho**, PUCRS, Brasil; **Dr. José Renato Gaziero Cella**, IMED, Brasil; **Dr. José Heder Benatti**, UFPA, Brasil; **Dr. José Renato Gaziero Cella**, Faculdade Meridional - IMED, Brasil; **Dr. José Rodrigo Rodriguez**, Unisinos, Brasil; **Juliana Cesario Alvim Gomes**, UERJ, Brasil; **Lara Freire Bezerra de Santanna**, Universidade de Coimbra, Portugal; **Laura Madrid Sartoretto**, UFRGS, Brasil; **Dr. Leonardo Figueiredo Barbosa**, UNIFESO, Brasil; **Leticia Paes**, Birkbeck, University of London; **Ligia Fabris Campos**, Humbolt Universität zu Berlin, Alemanha; **Dra. Livia Gimenez**, UNB, Brasil; **Dr. Lucas Pizzolatto Konzen**, UFRGS, Brasil; **Dra. Lucero Ibarra Rojas**, Centro de Investigación y Docencia Económicas, México; **Dra. Luciana de Oliveira Ramos**, USP, Brasil; **Dr. Luciano Da Ros**, University of Illinois at Chicago, USA; **Dr. Luiz Caetano de Salles**, UFU, Brasil; **Dr. Luiz Otávio Ribas**, UERJ, Brasil; **Manuela Abath Valença**, UFPE, Brasil; **Marcela Diorio**, USP, Brasil; **Dr. Marcelo Eibs Cafrune**, UNB, Brasil; **Marcelo Mayora**, UFJF, Brasil; **Dr. Marcelo Torelly**, UNB, Brasil; **Dr. Marcos Vinício Chein Feres**, UFJF, Brasil; **Dra. Maria Lúcia Barbosa**, UFPE, Brasil; **Dra. Maria Paula Meneses**, Universidade de Coimbra, Portugal; **Dr. Mariana Anahi Manzo**, Universidad Nacional de Córdoba, Argentina; **Mariana Chies Santiago Santos**, UFRGS, Brasil; **Dra. Mariana Anahi Manzo**, Universidad Nacional de Córdoba, Argentina; **Dra. Mariana Trotta**, UFRJ, Brasil; **Dra. Melisa Deciancio**, FLACSO, Argentina; **Dra. Marisa N. Fassi**, Università degli Studi di Milano, Itália; **Dra. Marta Rodriguez de Assis Machado**, Fundação Getúlio Vargas - Direito GV São Paulo, Brasil; **Mayra Cotta**, The New School for Social Research, USA; **Dr. Miguel Gualano Godoy**,



UFPR, Brasil; **Monique Falcão Lima**, UERJ, Brasil; **Dr. Moisés Alves Soares**, UFPR, Brasil; **Nadine Borges**, UFF, Brasil; **Natacha Guala**, Universidade de Coimbra, Portugal; **Dr. Orlando Aragon**, México; **Dr. Orlando Villas Bôas Filho**, USP e Universidade Presbiteriana Mackenzie, Brasil; **Dr. Pablo Malheiros Frota**, UFGO, Brasil; **Paulo Eduardo Berni**, Universidade Ritter dos Reis, Brasil; **Dr. Paulo Eduardo Alves da Silva**, USP, Brasil; **Pedro Augusto Domingues Miranda Brandão**, UNB, Brasil; **Dr. Rafael Schincariol**, USP, Brasil; **Dr. Rafael Vieira**, PUC-Rio, Brasil; **Dra. Raquel Lima Scalcon**, UFRGS, Brasil; **Renan Bernardi Kalil**, USP, Brasil; **Dr. Renan Quinalha**, USP, Brasil; **Dra. Renata Ribeiro Rolim**, UFPB; **Dr. Renato Cesar Cardoso**, UFMG, Brasil; **Dr. Ricardo Prestes Pazello**, UFPR, Brasil; **Dra. Roberta Baggio**, UFRGS, Brasil; **Dr. Roberto Bueno Pinto**, UFU, Minas Gerais; **Dr. Roberto Efrem Filho**, UFPB, Brasil; **Rodrigo Faria Gonçalves Iacovini**, USP, Brasil; **Dr. Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo**, PUCRS, Brasil; **Dr. Rodolfo Liberato de Noronha**, UNIRIO, Brasil; **Dr. Roger Raupp Rios**, Uniritter, Brasil; **Dr. Samuel Barbosa**, USP, Brasil; **Dr. Saulo Matos**, UFPA, Brasil; **Dra. Shirley Silveira Andrade**, UFES, Brasil; **Simone Andrea Schwinn**, UNISC, Brasil; **Talita Tatiana Dias Rampin**, UNB, Brasil; **Tatyane Guimarães Oliveira**, UFPB, Brasil; **Thiago Arruda**, UFERSA, Brasil; **Dr. Thiago Reis e Souza**, Escola de Direito Fundação Getúlio Vargas - São Paulo, Brasil; **Dr. Tiago de Garcia Nunes**, UFPel, Brasil; **Dra. Verônica Gonçalves**, UNB, Brasil; **Dr. Vinícius Gomes Casalino**, PUC-Campinas, Brasil; **Dr. Vinicius Gomes de Vasconcellos**, USP/PUCRS, Brasil; **Dr. Vitor Bartoletti Sartori**, UFMG, Brasil; **Dr. Wagner Felouniuk**, UFRGS, Brasil.

